

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.671, DE 2002 (MENSAGEM Nº 997, de 2001)

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

Autor: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relator: Deputado RICARDO RIQUE

I RELATÓRIO

Através da Mensagem nº 997, de 2001, o Sr. Presidente da República submete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, o ato a que se refere a Portaria nº 442, de 27 de agosto de 2001, que a outorga permissão à Sociedade Paraibana de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, pelo prazo de dez anos, e sem direito de exclusividade, na cidade de Cajazeiras, Estado da Paraíba.

A matéria foi analisada, inicialmente, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que aprovou o parecer do Relator, deputado JOSÉ MENDONÇA BEZERRA, nos termos do projeto de decreto legislativo em exame.

É o relatório.

II VOTO DO RELATOR

Na forma do art. 32, III, alínea “a” do Regimento Interno, compete à COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO o exame dos aspectos constitucional, legal, jurídico,

regimental e de técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou suas comissões.

Por sua vez, o art. 21, XII, “a”, da Constituição Federal, dispõe:

“Art. 21. Compete à União:

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

- a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;”

Nesta linha de raciocínio, diz o art. 49, XII:

“Art. 49 É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissora de rádio e televisão;

.....”

Finalmente, rezam os parágrafos 1º, 3º e 5º do art. 223 da mesma Carta Política:

“Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, §§ 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

.....
§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

.....
§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze anos para as de televisão.”

Como se vê, a proposição em tela está em conformidade com as disposições constitucionais transcritas, não havendo ainda óbice que vulnere a sua juridicidade e legalidade, estando também atendida a boa técnica legislativa, observadas, outrossim, as normas da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Assim sendo, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.671, de 2002.

Sala da Comissão, em de de 2002

Deputado RICARDO RIQUE
Relator